



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA

Gabinete da Prefeita

LEI MUNICIPAL Nº 277/98

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
PARA 1999, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

JOSÉ ALDORI DE LIMA, Prefeito municipal de Sagrada Família, FAÇO SABER, no uso das atribuições que me são conferidas pelo Art. 27 Item I e III da Lei orgânica Municipal, e de acordo com Art. 247 Parágrafo 5º do Regimento Interno, que a Câmara Municipal de vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam estabelecidas , para elaboração dos orçamentos da Administração Publica Municipal, direta e indireta, relativos ao exercício de 1999., as diretrizes de que trata esta Lei e as prioridades e metas constantes do Anexo I.

Art. 2º - A partir das prioridades e objetivos constantes do anexo I desta, serão elaboradas as propostas orçamentarias para 1999., de acordo com as disponibilidades de recursos financeiros.

Parágrafo Primeiro - Os investimentos em fase de execução terão preferencia sobre os novos projetos.

Parágrafo Segundo - A programação de novos projetos não poderão se dar a custa de anulação de dotações destinadas a investimentos em andamento.

Parágrafo Terceiro - O pagamento dos serviços da divida de pessoal e de encargos terão prioridades sobre as ações da expansão.



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA

Gabinete da Prefeita

Art. 3º - Os projetos e atividades constantes da Lei Orçamentaria deverão estar compatíveis com o Plano Plurianual e com esta Lei.

Art. 4º - As receitas e despesas dos orçamentos da Administração direta, das autarquias e das fundações instituídas ou mantidas pelo município, serão classificados e demonstrados segundo a legislação em vigor.

Art. 5º - Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos das alterações na legislação tributaria, especificamente sobre:

I- Consolidação da legislação vigente que regula cada tributo de competência do município;

II.- Adequação da legislação tributaria municipal as eventuais modificações da legislatura federal;

III- Revisão dos índices já existentes que são indexados de tributos, tarifas, multas e criação de novos índices;

IV- Revisão das isenções e incentivos fiscais.

Art. 6º - As alterações na legislação tributaria vigente serão propostas mediante projeto de lei a ser encaminhado a Câmara Municipal ate 04 (quatro) meses antes do encerramento do exercício e deverão ser apreciados antes da proposta orçamentaria.

Art. 7º - Nos projetos de lei orçamentaria constarão as seguintes autorizações:



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA
Gabinete da Prefeitura

I- Para abertura de créditos suplementares;

II- Para a realização de operações de crédito com destacando específica e vinculada ao projeto, nos termos da legislação em vigor;

II.- Para realização em qualquer mês do exercício, de operações de crédito por antecipação da receita, oferecendo as garantias usuais necessárias nos termos da legislação em vigor.

Art. 8º - Os auxílios ou subvenções e entidades reconhecidas como de utilidade pública, em fins lucrativo, serão concedidas através de planos de auxílios e subvenções, de acordo com a Lei Municipal.

Art. 9º - Ficam os Poderes Executivos e Legislativos autorizados:

I- Prover os cargos e funções vagos nos termos da legislação vigente;

II- Conceder aumento de remuneração ou outras vantagens, mediante autorização legislativa específica.

Art. 10 - A criação de cargos, a alteração de estrutura de carreira, admissão de pessoal a qualquer título, concessão de qualquer vantagem, ou aumento de remuneração só poderão ser feitas se houver dotação orçamentaria para atender as projeções de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

Art. 11 - As despesas com pessoal e encargos sociais não poderão ultrapassar os limites de 60% previstos na Lei Complementar nº 82 de 27/03/95.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA
Gabinete do Prefeito

Parágrafo Único - O limite estabelecido para as despesas de pessoal, de que trata este artigo abrange os gastos nas seguintes despesas;

- Salários;
- Obrigações Patrimoniais;
- Proventos de aposentadoria e pensões;
- Remuneração do Prefeito e Vice- Prefeito;
- Remuneração de Vereadores.

Art. 12 - São considerados objetivos da Administração Municipal, o desenvolvimento de programas visando a:

I- Proporcionar o desenvolvimento pessoal dos servidores através de programas informativos, educativos e culturais;

II- Melhorar as condições de trabalho, especialmente no que concerne a saúde, alimentação, e segurança no trabalho;

III- Capacitar os Servidores para melhor desempenho de funções específicas;

IV- Racionalização dos recursos materiais e humanos visando os custos e aumentar a produtividade e eficiência no atendimento dos serviços municipais.

V – Adequar o Regime Jurídico Único a Reforma Administrativa e Lei de Diretrizes e Bases da Educação.



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA

Gabinete da Prefeita


VI - Criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Art. 13 - O Poder Executivo poderá firmar convênio com outras esferas de Governo para desenvolvimento de programas prioritários nas áreas de educação, cultura, saúde e assistência social, sem ônus para o município, ou com contra-partida, constituindo-se em projetos específicos somente após o efetivo recebimento dos recursos.

Art. 14 - O Poder Executivo não repassará recursos aos oragos que, possuindo Tesouraria e/ou Contabilidade descentralizadas, não prestarem contas ate o 5º dia útil do mês subsequente.

Art. 15 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA, em
17 de Setembro de 1998.



JOSÉ ALDORI DE LIMA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se



MIGUEL ARDENGHI BRIZOLA
Sec. Mun. da Administração